

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2003

Modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA **(Do Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá e outros)**

Altere-se a Proposta de Emenda Constitucional nº 40, de 2003, nos seguintes termos:

INCLUA-SE, NO ART. 1º DA PEC, A SEGUINTE ALTERAÇÃO AO ART. 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“Art. 201

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados mês a mês, na forma da lei, **calculando-se o benefício sobre a média dos melhores 60 salários de contribuição, dentre os 120 últimos salários de contribuição comprovada a regularidade dos reajustes, mês a mês, de modo a preservar seus valores reais.**”

JUSTIFICAÇÃO

A EC nº 20 promoveu um grave retrocesso, ao desconstitucionalizar a regra de cálculo do benefício, abrindo margem a uma legislação ordinária extremamente perversa e contrária aos direitos dos segurados do INSS.

Contudo, o cálculo do benefício de aposentadoria no RGPS deve ter sua regra estabelecida no texto da Constituição, a fim de evitar os efeitos perversos de um período de apuração muito longo, como fixado pela Lei nº 9.876, que instituiu o período básico de cálculo que pode chegar a 28,5 anos, além do anti-social “fator previdenciário”

É hora de restabelecer-se critério de cálculo mais justo, adequado ao perfil de renda e contribuição dos segurados do RGPS, fixando-se o prazo dos melhores 60 meses, dentre os últimos 120 salários de contribuição para apuração do benefício.

Sala da Comissão, em 03 de julho de 2003

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal - São Paulo